



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESPAÇO DA CONTEMPORANEIDADE

Maria da Conceição Marques (1); Imaira Santa Rita Regis(2); Adelson Silva da Costa (3);
Tânia Maria Hetkowski (4);

1Colégio da Polícia Militar da Bahia - Unidade Dendezeiros – Salvador-BA E-mail: marquesconceicao65@gmail.com 2Colégio da Polícia Militar da Bahia - Unidade Lobato – Salvador-BA E-mail: imairaregisrgs@gmail.com 3Grupo de pesquisa Geotecnologias, Educação e Contemporaneidade/UNEB E-mail: adelson@hotmail.com 4Grupo de pesquisa Geotecnologias, Educação e Contemporaneidade/UNEB E-mail: hetk@uol.com.br

Resumo

O presente artigo apresenta a trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos até os dias atuais no Brasil, distribuído pelos subtemas: Histórico da Educação de Jovens e Adultos, Projetos e Ações e Uma visão geral da EJA na Contemporaneidade. O objetivo do trabalho apresentado tem a intenção de discutir à luz da literatura a referida temática na perspectiva de apontar caminhos para identificar os êxitos e percalços no noturno da EJA. Entretanto essas discussões terão como base metodológica o estudo bibliográfico sobre a história da Educação de Jovens e Adultos através de livros, legislações e documentos, além de observações do cotidiano escolar à noite. Esta é uma modalidade de ensino que foi modificada em relação aos estudantes que são atendidos, pois no início a EJA atendia prioritariamente trabalhadores que ficaram por muito tempo distantes da rede formal de ensino e atualmente existem muitos jovens que não se inseriram no diurno, por comportamento considerado inadequado e não estão vinculados ao mercado de trabalho.

Palavras-chave: História, Educação, EJA.

Histórico da Educação de Jovens e Adultos

A educação no Brasil é composta por diversas modalidades de ensino. Contudo a Educação de Jovens e Adultos (EJA) requer uma atenção especial na medida em que se trata de uma educação voltada para alunos com distorção série/idade. Neste sentido cabem algumas reflexões para um nível de ensino com características peculiares que exigem uma formação continuada do professor diante de demandas sempre atuais. Reflexões a exemplo de como a história da Educação de Jovens e Adultos, enquanto modalidade de ensino acrescenta aos saberes docentes na formação do professor.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Assim sendo o presente artigo busca discutir à luz da literatura a temática sobre educação de jovens e adultos (EJA) na perspectiva de apontar caminhos para afirmar o seu êxito e percalços. Entretanto essas discussões terão como base metodológica o estudo bibliográfico sobre a história da Educação de Jovens e Adultos através de livros, legislações e documentos, além de observações do cotidiano escolar no noturno.

A Educação de Jovens e Adultos na atualidade tem resultados a partir do seu processo histórico, formativo e saberes específicos ao perceber mudanças e novas nuances que vão constituindo esse fazer educacional, muitas vezes voltado para o trabalho, “que é uma relação entre os homens através da natureza. [...] Transformar o mundo, tornando-o cada vez mais humano, é o sentido do trabalho.” (BRANDÃO, 1994, p. 104).

Diante da necessidade inicial da EJA em atender jovens e adultos trabalhadores o tema Trabalho sempre foi priorizado nas discussões dos conteúdos dessa modalidade de ensino, utilizado como tema gerador para iniciar outros assuntos nas diversas disciplinas.

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino na área especializada da educação, chamada por EJA, atende prioritariamente trabalhadores que ficaram por muito tempo distante da rede formal de ensino, alguns são considerados alfabetizando, ou seja, em processo de aprendizagem da leitura e escrita, atende também, donas de casas, pessoas que abandonaram a escola regular quando foi negado a esses o direito de uma educação formal. Em seguida toma uma nova configuração, ou seja, começa atender alguns jovens que migraram para o noturno por conta de iniciarem cedo no mundo do trabalho¹. A modalidade da EJA sempre esteve vinculada aos estudantes trabalhadores que não poderiam seguir os estudos no ensino regular formal por conta de especificidades do trabalho, incompatibilidade horário, falta de tempo, cansaço, ausência de disponibilidade total para a escola.

Conhecer o que seja a Educação de Jovens e Adultos, através da sua história, relacionar com a atualidade, quem são os sujeitos, neste espaço da escola, listar os saberes que os professores precisam utilizar para atender à nova demanda que faz com que o currículo seja dinâmico, avaliar a necessidade de mudança do mesmo na referida modalidade por conta deste novo cenário em relação ao perfil de estudantes do noturno.

A pesquisa social sugerida por MINAYO (2013) começa com observações no cotidiano da EJA, através também de pesquisa bibliográfica, a partir de leituras dos textos que dialogam sobre a educação de jovens e adultos, experiências docentes e currículo, teses sobre a realidade atual dos jovens, legislações e documentos oficiais. A partir da leitura deste

¹ Mundo do trabalho, espaço onde atividades materiais, produtivas e os processos sociais são inerentes à realização de um trabalho.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

material podem ser construídas inúmeras reflexões sobre a inserção de jovens na educação de adultos, os saberes docentes, a formação de professores, construção do currículo no contexto social e cultural, as experiências docentes, dúvidas e planejamento de metodologias motivadoras e inovadoras para a prática pedagógica no espaço diverso e dinâmico do ensino noturno.

A interpretação de dados da pesquisa qualitativa faz-se necessário “ir além das falas e dos fatos ou, em outras palavras, caminharmos na direção do que está explícito para o que é implícito, do revelado para o velado, do texto para o subtexto” (MINAYO, 2013, p. 102) e assim interpretar os textos apresentados e as falas através da leitura dos livros ou na própria prática escolar, utilizando a hermenêutica para compreender as diversas linguagens, as diferentes falas, pois “[...] o ato de compreender caminha na direção de interpretar e estabelecer relações para chegar a conclusões.” (MINAYO, 2013, p.99).

No Brasil, ao longo da sua história, a partir do processo de colonização os objetivos da educação de adultos mudavam, podiam ser de ordem religiosa, enquanto doutrina, por exemplo, “Discriminatórios e preconceituosos, os jesuítas dedicaram-se a formação das elites coloniais e difundiram nas classes populares a religião da subserviência, da dependência e do paternalismo, características marcantes de nossa cultura ainda hoje.” (GADOTTI, 2004, p.231) ou buscavam atender a necessidade na falta de mão de obra especializada ou ainda na ampliação do número de votantes nas eleições, conseqüentemente algumas reformas educacionais ocorreram nessa área de ensino. O ensino oficial aparece no final do século XVII. Não houve desenvolvimento educacional a partir de meados do século XVIII, pois Portugal tinha medo da disseminação das ideias liberais europeias que poderiam chegar até a colônia através do ensino, podendo incitar revoltas e manifestações emancipatórias.

Os jesuítas nos legaram um ensino de caráter verbalista, retórico, livresco, memorístico e repetitivo, que estimulava a competição através de prêmios e castigos. [...] Era uma educação que reproduzia uma sociedade perversa, dividida entre analfabetos e sabichões, os “doutores”. (GADOTTI, 2004, p. 230)

No período imperial (1822 – 1889) foram criados cursos noturnos para alfabetização de adultos do sexo masculino, nas escolas públicas. Vale considerar que Rui Barbosa em 1882 produz pareceres que “[...] prega a liberdade de ensino, a laicidade da escola pública a instrução obrigatória.” (GADOTTI, 2004, p. 231). Por volta de 1870 o problema educacional de alfabetização de adultos foi o centro das atenções por “se iniciar o primeiro surto industrial e também a penetração das ideias liberais” (PAIVA, 1987, p. 47), surgindo uma necessidade

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

de mão de obra especializada ou pelo menos alfabetizada, para preenchimento de vagas no trabalho fabril.

Segundo Porcaro (2011) a partir de 1940 (Era Vargas – Estado Novo) o governo identifica um número alto de analfabetismo no país. Período de reformas no ensino secundário e universitário, além da imposição de um sistema nacional de ensino, baseado nos valores relacionados à família, à religião, à pátria e ao trabalho, para formar nacionalmente um país mais moderno e o aluno considerado ideal era católico e de formação disciplinar militar.

A partir da análise histórica pode-se observar que algumas questões que foram abordadas ainda fazem presentes na atualidade, o que remete a ideia da necessidade de se continuar estudando a Educação de Jovens e Adultos na busca de sanar possíveis divergências entre a prática e a teoria dessa modalidade de ensino.

Projetos e Ações

Na década de quarenta surgem projetos para mitigar problemas relacionados a Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Em 1947 (término da Era Vargas) foi lançada no país a primeira campanha de educação de adolescentes e adultos para serem alfabetizados em três meses, em busca de atender as demandas políticas daquele momento, vinculada a necessidade de formação dos eleitores, pois o analfabetismo era considerado a causa da problemática situação econômica do país, além da incapacidade das pessoas não escolarizadas em votarem. Nesse período ocorreu o primeiro congresso nacional de Educação de Adultos. A campanha tinha preocupação com uma metodologia mais adequada para esse grupo de estudantes e ocorreu de forma entusiasmada considerando a educação, como direito importante na democracia do país e que deveria cumprir um importante papel na sociedade.

O Serviço de Educação de Adultos - SEA do Ministério de Educação - MEC apresenta o alfabetizador (professor) na condição de missionário, o estudante como causador da pobreza e o ensino dessa natureza muito fácil de aplicar, houve incentivo ao voluntariado e não havia uma formação apropriada metodologicamente aos professores para esse tipo de práxis pedagógica.

O segundo congresso nacional de Educação de Adultos aconteceu em 1958, “O papel dos fóruns estaduais e dos encontros nacionais tem sido fundamental na luta para reafirmar a necessidade [...] de políticas públicas que viabilizem uma educação de qualidade [...]

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

universal para jovens e adultos”. (FARIA, 2009, p. 23) quando houve o reconhecimento de que a campanha apresentada fracassou por conta de centralizar a atenção em formar novos eleitores e não nas questões pertinentes ao processo pedagógico, metodologia, recurso e avaliação, apesar de ter tido um resultado positivo em relação à diminuição do índice de analfabetismo, porém a ação ficou reduzida apenas ao processo de alfabetização de adultos sem transcender em relação à abordagem de outras áreas do conhecimento.

Na década de 60 um estado brasileiro, Pernambuco, destaca-se por fazer algumas intervenções pedagógicas na tentativa de melhorar essa campanha ou de ir além do que estava sendo realizado, a partir das ideias de Paulo Freire, educador brasileiro, lançava propostas de mudança principalmente na relação entre educador e educando, com uma metodologia mais voltada para a realidade das comunidades envolvidas, aproveitava as situações reais vividas pelos trabalhadores no processo de alfabetização, a proposta era transcender a partir da própria realidade, que era o ponto de partida.

Partir da realidade significa ouvir o outro e entender seus anseios, compreender o que o outro quer dizer a partir da sua vivência, enquanto sujeito da sua história. “Contava Paulo que, naquele exato momento descobriu o quanto é diferente “falar para alguém” e “falar com alguém”. Ficava evidente a importância de se levar em conta os interesses dos educandos nas ações educativas.” (BARRETO, 1998, p.26). Freire chama a atenção para as causas sociais do analfabetismo no Brasil, apresenta como efeito da pobreza gerada por uma sociedade desigual. A desigualdade leva ao analfabetismo e a falta de escolarização.

Freire apresenta a proposta do ensino de adultos a partir do princípio da educação como um ato político, capaz de submeter ou libertar uma nação. “Não há outro caminho senão o da prática de uma pedagogia humanizadora, em que a liderança revolucionária, em lugar de se sobrepôr aos oprimidos e continuar mantendo-os como quase “coisas”, com eles estabelece uma relação dialógica permanente.” (FREIRE, 1987, p. 57). Paulo Freire sugeria o desenvolvimento de métodos que pudessem assegurar a promoção humana, havia uma preocupação humanista na sua prática pedagógica e na elaboração do método de alfabetização de adultos. Para elucidar a questão apresentada vale dialogar com FARIA (2009).

As relações entre conhecimento e trabalho requerem que estejam implícitas a capacidade de iniciativa e de mudanças, exigindo do docente da Educação de Jovens e Adultos uma prática diversificada, embasada em conteúdos compatíveis com a realidade vivenciada pelo aluno, favorecendo o processo ensino-aprendizagem. Nesse sentido, o professor deve fazer uso de metodologias que favoreçam o processo de aprender, desenvolvendo a autonomia do sujeito [...] (FARIA, 2009, p. 69)



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Os conteúdos podem ser os mesmos exigidos na matriz curricular nacional, porém a abordagem para os estudantes da EJA precisa ser pensada a partir da realidade social na qual esses estudantes estão inseridos, contextualizando os assuntos e usando metodologias que valorizem esse espaço de aprendizagem, métodos que dinamizem as aulas e animem os sujeitos a tomarem parte no processo.

Entre final de 1950 e início de 1960 surge uma nova forma de pensar a educação de adultos, pois para Paulo Freire toda ação educativa deve ser precedida por uma reflexão da realidade na qual o ser humano está inserido, sendo a cultura um elemento essencial na análise, enquanto ser histórico e político, o construtor de sua historicidade. “[...] eram experiências não estatais, desenvolviam-se exteriormente ao Estado, e geralmente se confrontavam com as políticas hegemônicas do Estado.” (GADOTTI, 2005, p. 22). Havia um chamado para uma educação popular, oferecida a toda população, gratuita e universal a todas as camadas da sociedade. A educação de adultos era parte da educação popular, que abrangia a sociedade como um todo.

Então havia uma clara vinculação, na educação popular, entre investigação e ação; por isso está intimamente ligada à investigação participativa. Havia uma clara vinculação entre Educação Popular e organização política dos setores populares. (GADOTTI, 2005, p. 22)

Havia uma relação entre os saberes populares e os saberes chamados científicos, vinculados à prática educativa, essa forma de pensar a educação não era apoiada e não agradava o poder político estatal, instalado hierarquicamente na instância superior.

Em 1961 a prefeitura de Natal – RN cria a campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, considerava o analfabetismo um problema urgente para ser resolvido, portanto crianças, jovens e adultos deveriam ter acesso à escola, ainda que não tivesse roupa ou sapato, nada deveria limitar o processo de escolarização. No bairro das Rocas² um comitê sugeriu aproveitar terrenos baldios para construção de salas de aula, funcionando nos turnos diurno e noturno, montaram uma horta, fizeram um teatro, havia espaço para arte e para a promoção de revitalização do folclore brasileiro, segundo Paiva (1987, p. 239). Dentro da proposta de humanização e do aproveitamento da realidade dos sujeitos, a escola era a própria vida de cada um, espaço de transformação, respeito e autonomia.

Em 1964, no Brasil, os movimentos populares são perseguidos pelo governo da ditadura militar e Paulo Freire passa a ser um exilado político, por ter discutido educação na vertente da consciência política, em luta contra a opressão, para retirar os trabalhadores da

²Rocas - bairro de Natal, capital do Rio Grande do Norte.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

condição de marginalizados diante das decisões políticas a serem tomadas no país. Um dos elementos mais importantes na proposta pedagógica de Freire é o diálogo, que permite uma participação intensa nas discussões, na escolha do que tem de melhor e coloca os sujeitos do ambiente escolar na mesma posição de ensinar e aprender, eliminando assim a relação autoritária.

A UNESCO, em 1970, através da Comissão Internacional para o Desenvolvimento da Educação cita especificamente a Educação de adultos em dois princípios: “12. A educação de adultos, [...] caráter primordial da estratégia educacional nos próximos anos. 13. A alfabetização deve deixar de ser um momento [...], deve articular-se com a realidade socioeconômica do país.” (GADOTTI, 2004, p. 279), para atender os países considerados “atrasados”, “[...] defendeu o princípio da Educação permanente como fundamento da educação do futuro” (GADOTTI, 2004, p.278), sem preocupação de ter uma visão crítica sobre educação, mas de alguma forma motivou a discussão sobre essa questão de adultos não escolarizados no Brasil.

Uma visão Geral da EJA na Contemporaneidade

A lei mais recente que trata da educação de um modo geral no Brasil cita a educação de jovens e adultos em poucos artigos, não há muita atenção a essa modalidade de ensino, os artigos falam das condições de igualdade e permanência de acesso a todos em educação, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/1996. O artigo 3º propõe a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, valorização da experiência extra sala de aula e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, o que oportuniza a possibilidade de uma política pública para a Educação de Jovens e Adultos criando condições para incentivar que o sistema educacional ofereça condições de acesso e permanência do trabalhador na escola, sendo ele jovem ou adulto, atuando no mercado informal, em emprego temporário, como empregado doméstico ou agrícola, que de uma forma ou de outra foram excluídos do ensino regular.

Lei n. 9394/96, que confere maior responsabilidade aos municípios no que diz respeito ao Ensino Fundamental – estabelece também que aos sistemas de ensino cabe assegurar gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho. (FARIA, 2009, p. 19)



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

público, universidade, organização não governamental, sistema S (SECI, SENAI), movimentos sociais, sindicatos, educadores e educandos, com a intenção de socializar as experiências e abrir o diálogo entre as diversas instituições, levando a criação de políticas públicas nessa modalidade de ensino, “[...] fundamental na luta para reafirmar a necessidade da construção conjunta, entre governo e sociedade civil, de políticas públicas que viabilizem uma educação de qualidade, de direito e de caráter universal para jovens e adultos.” (FARIA, 2009, p. 23)

Em 1990 ocorreu na Tailândia uma Conferência Mundial de Educação para Todos com a participação de 155 países, inclusive o Brasil, várias agências e ONGs internacionais. Esses países apresentavam problemas educacionais sérios, como taxas altas de analfabetismo, repetência, evasão escolar, dentre outros. Os envolvidos na conferência aprovaram a Declaração Mundial de Educação para Todos, carta que estabelecia um prazo de 10 (dez) anos para aplicarem as diretrizes exigidas pelo Banco Mundial, UNICEF, UNESCO, BID, dentre outros. Numa das exigências do documento estava a erradicação do analfabetismo e a universalização da educação fundamental, “política educacional subordinada às diretrizes da Conferência Mundial de Educação para Todos. Essa política está expressa no Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/01)” (FERNANDES NETO, 2009,p.17)

Portanto, como determinada pela LDB n. 9.394/96 e estabelecida pela política educacional em curso, a dualidade na rede escolar separa a formação profissional da educação geral e engendra a formação de um homem parcial, limitado e anacrônico. Por isso, opinamos que a escola deve articular de forma definitiva a teoria e a prática. (FERNANDES NETO, 2009, p. 51)

Atualmente uma grande parcela de jovens abaixo dos 18 anos, que não estão no mercado de trabalho foi transferida do diurno para o noturno por razões variadas, que termina por diferir um pouco do objetivo inicial da Educação de Jovens e Adultos, pois “os sistemas de ensino assegurarão, gratuitamente, aos jovens e adultos que não puderam efetuar os estudos na idade própria, oportunidades educacionais adequadas às suas características, interesses, condições de vida e de trabalho mediante cursos e exames”, conforme estabelece o art. 37, § 1º, da LDB nº 9394. (1996)

A entrada de jovens não trabalhadores acrescenta um novo tipo de estudante na EJA, uma vez que a legislação permite jovens cada vez mais novos, pois “a idade mínima para o ingresso nos cursos de Educação de Jovens e Adultos e para a realização de exames de conclusão de EJA será de 15 (quinze) anos completos”, conforme Parecer CNE/CEB nº 6/2010 e Resolução CNE/CEB nº 3/2010” (2010). Diante dessa prerrogativa os estudantes que

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

não trabalham, algumas vezes estão com a idade próxima da sua série, mas não são aceitos no turno diurno, recorrem ao noturno que terminam transformando este espaço mais heterogêneo do que já é, mesclando as idades e os interesses da EJA.

Conclusão

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade que já se aproxima da vida profissional dos estudantes por conta da maioria deles já fazerem parte do mercado de trabalho seja formal ou informal, porém a escola ainda concretiza essa dualidade ao separar educação geral da formação profissional. A EJA teria um ganho pedagógico e social significativo caso articulasse essas duas formações no cotidiano dos sujeitos da EJA, ofertando assim uma educação integral e relacionada com a realidade.

O contexto histórico do passado e do presente não dá conta para discutir tantas questões pertinentes ao estudo da EJA, pois há um futuro aguardando, como por exemplo, que tipo de saber exigir aos educadores no trabalho pedagógico da Educação de Jovens e Adultos, que implica também na formação dos mesmos.

A educação que Paulo Freire propõe é baseada na relação dialógica, possibilita à prática da liberdade, condição humana essencial para os trabalhadores sejam do meio urbano ou rural que fortalece a autonomia nas tomadas de decisões. O diálogo amplia possibilidade de libertação do ser humano, ao exprimir o que sente e quais são as suas reais necessidades em um determinado contexto. Uma educação que transforma o trabalhador em um sujeito político, que pensa, reflete sobre sua prática, que vota em seus representantes, discute, possui consciência crítica, capaz de raciocinar e resolver seus problemas, onde a acomodação dá lugar à criticidade, no processo de humanizar a educação, transformando o estudante em sujeito da história e não objeto em mãos manipuladoras.

Referências

BARRETO, Vera. **Paulo Freire para educadores**. São Paulo: Arte e Ciência, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos)

FARIA, Wendell Fiori de. **Educação de Jovens e Adultos**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

FERNANDES NETO, Edgard. *O fracasso dos planos neoliberais na educação brasileira*. In: COSTA, A. FERNANDES NETO, E. SOUZA, G. **A proletarização do professor: neoliberalismo na educação**. São Paulo: Sundermann, 2009.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2004.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. (orgs.) **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2005.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – **LDB 9394/96**. Brasília: MEC, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza(org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2013. 108 pgs.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1987.

Parecer CNE/CEB nº 6/2010

PORCARO, Rosa Cristina. **Caminhos e desafios da formação de educadores de jovens e adultos**. Tese de Doutorado em Educação, Belo Horizonte, UFMG, 2011.

Resolução CNE/CEB nº 3/2010